



## **ANEXO XI - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS**

A Licitante deverá demonstrar que todas as funcionalidades previstas neste ANEXO estão contempladas no sistema, que deverá operar sob banco de dados único, relacional e multifinalitário, sendo vedado o uso de soluções formadas por conjuntos de softwares que se utilizem de bases de dados fracionadas, sob pena de desclassificação.

A comissão avaliadora exigirá que a Licitante demonstre que a solução ofertada atende aos requisitos deste Termo de Referência, a partir da apresentação em tempo real das funcionalidades obrigatórias descritas neste Anexo.

O roteiro de apresentação foi organizado de forma a permitir com que a Licitante demonstre que o sistema ofertado permite manter atualizado os cadastros estruturadores da matriz de informação municipal garantindo integridade lógico-referencial do banco de dados único.

Segue abaixo roteiro de apresentação obrigatório:

A Licitante deverá inicialmente apresentar as funcionalidades disponíveis no Sistema de Informações Geográficas integrado à Solução Ofertada, demonstrando que o sistema permite a edição de entidades vetoriais georeferenciadas do sistema de Gestão do Cadastro Físico Territorial.

Durante as fases subsequentes, a Licitante deverá demonstrar que os dados relativo a endereço de imóveis, logradouros e demais informações geradas no Cadastro Físico Territorial estão disponíveis para uso obrigatório nos demais módulos do sistema, inclusive cadastros social, cadastro da atividade econômica, camada de serviços web e portal do cidadão, garantido a espacialização dos dados cadastrais propriamente ditos e de eventos a eles relacionados, através de consultas espaciais e mapas temáticos.

Em seguida a Licitante deverá demonstrar que o sistema dispõe de funcionalidades para Cadastro Único do Cidadão, inclusive sistema para gestão da Central de Atendimento.

Durante as fases subsequentes, a Licitante deverá demonstrar que os dados relativos ao Cadastro Único do Cidadão estão disponíveis para uso obrigatório nos demais módulos do sistema, garantido a formação de um "prontuário único do cidadão" contendo informações cadastrais e de eventos a ele relacionados (atendimentos em saúde, dados tributários etc).

Em seguida a Licitante deverá demonstrar que o sistema dispõe de funcionalidades para Cadastro da Atividade Econômica, inclusive sistema para manutenção *on line* do cadastro diretamente pelos sócios e responsáveis.

Em seguida a Licitante deverá demonstrar que os dados gerados nas fases anteriores estão disponíveis para consulta pelo cidadão através de um Portal do Cidadão, operando em ambiente web, estruturado de forma a garantir acesso simplificado a informações públicas e integração em um único ambiente operacional de informações relativas a serviços públicos disponíveis no Município.



Em seguida, a Licitante deverá demonstrar que os dados gerados nas fases anteriores estão disponíveis em Painéis de Governo, através dos quais as informações são estruturadas para uso no monitoramento das ações de governo.

Por fim, a Licitante deverá demonstrar que todas as transações efetuadas entre o Cadastro Único Multifinalitário e os demais sistemas de informações instalados no Município através de camada de serviços web foram realizados de acordo com os padrões e normas estabelecidas neste Edital.

## **1. Gestão do Cadastro Físico Territorial**

O sistema deverá dispor de rotinas que permitam a gestão do cadastro físico territorial, suportado sob ambiente de geoprocessamento, atendendo as especificações abaixo:

1.1. Ferramentas cartográficas que integram o sistema de gestão do cadastro físico territorial, a serem licenciadas sem limitação de número de usuário, para uso na produção e manutenção da Geobase, permitindo a edição de objetos vetoriais:

- a) Permitir ao usuário a navegação onidirecional pelo mapa;
- b) Permitir ao usuário a ampliação e redução da escala de visualização do mapa;
- c) Permitir ao usuário criação de temas (Ex: Educação, Saúde) especificando para o tema um conjunto de conteúdo (camadas, nível ou layer) e escala default de visualização, associando o tema à estrutura de senha de acesso do usuário de tal forma que cada usuário acesse o conteúdo da Geobase que melhor se aproveita a sua área de interesse;
- d) Manter para todas as interfaces um padrão de acesso às funcionalidades SIG disponíveis nos diferentes aplicativos disponibilizados;
- e) Permitir ao usuário selecionar feições contidas em um polígono por ele desenhado;
- f) Permitir ao usuário selecionar feições localizadas a uma determinada distância de uma localização especificada (buffer);
- g) Permitir que feições sejam removidas da seleção existente através dos critérios de busca por atributos tabulares ou espaciais;
- h) Permitir ao usuário controlar quais temas estarão visíveis no mapa;
- i) Permitir ao usuário controlar a ordem de exibição dos temas;
- j) Permitir a definição de níveis de transparência sobre os temas.

1.2. Funcionalidades para espacialização das informações cadastrais disponíveis para uso na área físico territorial:

1.2.1. Cadastro Bairros:

- a) Cadastrar um Bairro informando, no mínimo, o nome e sua localidade (Município/Unidade Federativa). A partir desta interface, acessar as ferramentas cartográficas e vetorizar um polígono representativo dos limites do bairro cadastrado;
- b) Demonstrar que o bairro cadastrado na base cartográfica foi automaticamente associado (geocodificada) à base tabular correspondente;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80



- c) Demonstrar que o armazenamento das informações tabulares e feições cartográficas foram efetuados no mesmo banco de dados (Banco de Dados Único), permitindo gestão da integridade lógico-referencial entre base a base tabular e base cartográfica.
- d) O Bairro cadastrado neste item deverá ser utilizado pela Licitante para o cadastro de logradouro abaixo.

### 1.2.2. Cadastro Logradouros:

- a) Cadastrar um Logradouro informando, no mínimo, o tipo (rua, avenida, etc) e o nome deste, sua localidade (Município/Unidade Federativa) e CEP (código de endereçamento postal). Demonstrar a possibilidade de registrar diferentes faixas de CEP por bairro e por intervalo de numeração. A partir desta interface, acessar as ferramentas cartográficas e vetorizar uma linha representativa do eixo de logradouro cadastrado;
- b) Demonstrar que a representação cartográfica do logradouro pode ser feita considerando a extensão total deste ou, individualmente, para cada um de seus trechos.
- c) Demonstrar que o logradouro cadastrado na base cartográfica foi automaticamente associado (geocodificada) à base tabular correspondente;
- d) Demonstrar que o armazenamento das informações tabulares e feições cartográficas foram efetuados no mesmo banco de dados (Banco de Dados Único), permitindo gestão da integridade lógico-referencial entre base a base tabular e base cartográfica;
- e) O logradouro cadastrado neste item deverá ser utilizado pela Licitante para formação de todos os endereços utilizados no cadastro social, da atividade econômica e físico territorial, detalhados nos itens subsequentes.

### 1.2.3. Cadastro de Setores Fiscais:

- a) Cadastrar um setor fiscal informando, no mínimo nome e descrição deste. A partir desta interface, acessar as ferramentas cartográficas e vetorizar um polígono representativo dos limites do setor fiscal cadastrado;
- b) Demonstrar que o setor fiscal cadastrado na base cartográfica foi automaticamente associado (geocodificado) à informação tabular correspondente e que os dados de perímetro e área do setor foram calculados eletronicamente pelo sistema e armazenados na base tabular;
- c) Demonstrar que o armazenamento das informações tabulares e feições cartográficas foram efetuados no mesmo banco de dados (Banco de Dados Único), permitindo gestão da integridade lógico-referencial entre a base tabular e base cartográfica.
- d) A fim de atestar a integridade lógica-referencial dos cadastros, o setor fiscal cadastrado neste item, deverá ser aquele utilizado para o cadastro da quadra fiscal na etapa posterior.

### 1.2.4. Cadastro de Quadras Fiscais:

- a) Cadastrar uma quadra fiscal informando, no mínimo os dados de nome e descrição desta, além do setor fiscal em que a quadra está contida.
- b) A partir da interface de cadastro de Quadras Fiscais, acessar as ferramentas cartográficas e vetorizar um polígono representativo dos limites da quadra cadastrada;
- c) Demonstrar que a quadra cadastrada na base cartográfica foi automaticamente associada (geocodificada) à base tabular correspondente e que as informações de perímetro e área foram eletronicamente calculados e armazenados na base tabular;



- d) Demonstrar que o armazenamento das informações tabulares e feições cartográficas foram efetuados no mesmo banco de dados (Banco de Dados Único), permitindo gestão da integridade lógico-referencial entre a base tabular e base cartográfica.
- e) A fim de atestar a integridade lógica-referencial dos cadastros, a quadra fiscal cadastrada neste item, deverá ser aquela utilizada para o cadastro de imóvel e face de quadra nas etapas posteriores.

1.2.5. Cadastro de Zonas de Uso do Solo:

- a) Cadastrar o zoneamento de uso do solo informando, no mínimo, os dados de nome e os usos de solo permitidos (tabela de tipos de uso). A partir desta interface, acessar as ferramentas cartográficas e vetorizar um polígono representativo do limite da zona cadastrada;
- b) Demonstrar que a zona cadastrada na base cartográfica foi automaticamente associada (geocodificada) à base tabular correspondente. Demonstrar que o sistema executa a associação automática entre a zona de uso cadastrada e os imóveis contidos no respectivo polígono envolvente da zona;
- c) Demonstrar que o armazenamento das informações tabulares e feições cartográficas foram efetuados no mesmo banco de dados (Banco de Dados Único), permitindo gestão da integridade lógico-referencial entre base a base tabular e base cartográfica.
- d) A fim de atestar a integridade lógica-referencial dos cadastros, a zona de uso do solo cadastrada neste item, deverá ser aquela utilizada para o cadastro do imóvel e nos cadastros da Atividade Econômica nas etapas posteriores.

1.2.6. Cadastro de Zonas Tributárias:

- a) Cadastrar o zoneamento tributário. Acessar através da interface de cadastro as ferramentas cartográficas e vetorizar um polígono representativo do limite da zona cadastrada;
- b) Demonstrar que a zona cadastrada na base cartográfica foi automaticamente associada (geocodificada) à base tabular correspondente. Demonstrar que o sistema executa a associação automática entre a zona de uso cadastrada e os imóveis contidos no respectivo polígono envolvente da zona;
- c) Demonstrar que o armazenamento das informações tabulares e feições cartográficas foram efetuados no mesmo banco de dados (Banco de Dados Único), permitindo gestão da integridade lógico-referencial entre base a base tabular e base cartográfica.
- d) A fim de atestar a integridade lógica-referencial dos cadastros, a zona tributária cadastrada neste item, deverá ser aquela utilizada para o cadastro do imóvel na etapa posterior.

1.2.7. Cadastro de Imóveis:

- a) Cadastrar um imóvel informando, no mínimo, os dados referentes ao número da inscrição imobiliária, setor fiscal; quadra fiscal; logradouro; tipo de ocupação (edificado, não edificado); benfeitorias (muro, sarjeta); zona de uso do solo; zona tributária; área do terreno; medidas do terreno, situação do terreno (esquina, meio, encravado); testada principal e testada para tributação.
- b) A partir da interface de cadastro de Imóveis, acessar as ferramentas cartográficas e vetorizar um polígono representativo do limite do lote;



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80



- c) Cadastrar as informações relativas à edificação informando, no mínimo, os dados de endereço (logradouro, número e complemento); informações sobre habite-se (número, data e tipo), características da edificação.
- d) Demonstrar que para um mesmo imóvel é possível cadastrar e vetorizar individualmente múltiplas edificações.
- e) Demonstrar que o Imóvel cadastrado na base cartográfica foi automaticamente associado (geocodificada) à base tabular correspondente;
- f) Demonstrar que o armazenamento das informações tabulares e feições cartográficas foram efetuados no mesmo banco de dados (Banco de Dados Único), permitindo gestão da integridade lógico-referencial entre base a base tabular e base cartográfica.

### 1.2.8. Cadastro Infraestrutura e Serviços Urbanos:

- a) Cadastrar as infraestruturas e serviços urbanos disponíveis informando, no mínimo, os dados referentes a presença das infraestruturas de pavimentação, guias e sarjetas e solução para águas superficiais; presença de redes de saneamento básico (água e esgoto); disponibilidade de serviços urbanos de transporte coletivo e coleta de lixo. A informação de infraestrutura deverá ser especificada para cada uma das faces da quadra (entidade formada pela quadra e cada um de seus logradouros limítrofes).

## **2. Gestão do Cadastro Social**

O sistema para gestão da Central de Atendimento e Cadastro Social deve, obrigatoriamente, estar assentado sobre o banco de dados do CTM, garantindo com que a informação produzida no fluxo do atendimento seja integralmente armazenada na base de dados e possa ser consultada.

Para fins de cumprimento da demonstração, a Licitante deverá obrigatoriamente apresentar todas as funcionalidades abaixo descritas através do fluxo simulado de atendimento de um cidadão na Central que ao final deverá constar do CTM como cadastro social homologado estando disponível para as etapas posteriores da demonstração.

2.1. Sistema de agendamento - Demonstrar que a solução ofertada possui interface web que permita, ao cidadão interessado, agendar, consultar, cancelar e reagendar um atendimento junto a Central.

- a) Demonstrar que a solução oferta possui funcionalidade para agendamento de atendimento sem a necessidade de um login prévio.
- b) Demonstrar que a solução oferta disponibiliza a lista de centrais de atendimento disponíveis no município para a seleção do cidadão.
- c) Demonstrar que a solução oferta disponibiliza dias e horários em períodos alternados (manhã e tarde) para a seleção do cidadão, permitindo ainda a verificação de novas agendas disponíveis em datas futuras.
- d) Demonstrar que a solução ofertada requer o cadastramento de informações pessoais do cidadão para formalização do agendamento de atendimento informando no mínimo: nome, data de nascimento, nome da mãe, sexo, e-mail e telefone, a fim de garantir à Prefeitura conhecimento prévio do perfil da clientela agendada e dados para contato.



- e) Demonstrar que a solução ofertada envia, automaticamente para o e-mail informado, comprovante do agendamento de atendimento com número de protocolo.
- f) Demonstrar que a solução ofertada permite ao cidadão realizar a consulta das informações do agendamento de atendimento, através do número de protocolo gerado quando do agendamento.
- g) Demonstrar que a solução ofertada permite ao cidadão realizar o reagendamento do atendimento em nova data e horário, através do número de protocolo gerado quando do agendamento, prescindindo da redigitação de informações pessoais.
- h) Demonstrar que a solução ofertada não permite a realização de um novo agendamento para o cidadão sem o cancelamento prévio da agenda de atendimento realizada anteriormente.
- i) Demonstrar que a solução ofertada permite ao cidadão realizar o cancelamento da agenda de atendimento através do número de protocolo gerado quando do agendamento. A data e horário da agenda, após o cancelamento, deverão estar disponíveis para seleção por outro cidadão interessado.

2.2. Sistema de recepção e triagem – Demonstrar que a solução ofertada possui interface web para gestão das atividades de recepção e triagem da Central de Atendimento.

- a) Demonstrar que a solução ofertada permite ao atendente da Central visualizar todos os horários agendados para atendimento no dia, contando com controle automático do horário limite para confirmação do comparecimento do cidadão.
- b) Demonstrar que a solução ofertada permite ao atendente localizar o cidadão agendado através de funcionalidades de consulta.
- c) Demonstrar que a confirmação do comparecimento do cidadão agendado pela recepção habilita automaticamente o registro para o atendimento (fila de atendimento).
- d) Demonstrar que a solução ofertada possui funcionalidade para incluir cidadão não agendado (demandas espontâneas) na fila para atendimento, através do cadastro das informações pessoais deste informando no mínimo os campos solicitados no agendamento e de eventual condição que importe no atendimento prioritário deste (gestante, lactante, pessoa com deficiência, idoso).
- e) Demonstrar que a solução ofertada possui funcionalidade para realizar o agendamento presencial do cidadão para atendimento em data e horário futuro.
- f) Demonstrar que a solução ofertada possui funcionalidade para acompanhamento da fila de atendimento visualizando os cidadãos que estão na fila de espera, os cidadãos que tiveram seus atendimentos finalizados e os cidadãos que tiveram seus atendimentos cancelados.

2.3. Sistema de atendimento – Demonstrar que a solução ofertada possui interface web para atendimento presencial e formação do cadastro único do cidadão.

- a) Demonstrar que a solução ofertada possui funcionalidade para gestão da fila de atendimento com controle da ordem de chamada considerando os horários das agendas e eventuais prioridades.
- b) Demonstrar que a solução ofertada requer o cadastramento das informações pessoais e documentais do cidadão para formação do banco de dados único com ferramentas integradas para constituição de acervo digital dos documentos comprobatórios.
- c) Demonstrar que a solução ofertada mantém o histórico do atendimento do cidadão na Central, especialmente os registros de horários para controle do tempo movimento e dos profissionais que realizaram cada etapa do processo.





## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80



2.4. Sistema de gestão do grau de parentesco – Demonstrar que a solução ofertada possui interface web para a definição do grau de parentes entre os cidadãos.

2.4.1. Demonstrar que a solução ofertada permite a inclusão do grau de parentesco entre os cidadãos que residem no mesmo endereço.

2.4.2. Demonstrar que a solução ofertada permite a inclusão do grau de parentesco entre cidadãos que não residem no mesmo endereço.

2.4.3. Demonstrar que a solução ofertada mantém um histórico dos graus de parentesco.

2.4.4. Demonstrar que a solução ofertada permite a remoção do grau de parentesco.

2.5. Sistema de gestão do cartão do cidadão – Demonstrar que a solução ofertada possui interface web para gestão do cartão do cidadão.

2.5.1. Demonstrar que a solução ofertada permite a impressão do cartão do cidadão com no mínimo as seguintes informações: nome, nome social, nome da mãe, data de nascimento, código do cidadão, número do cartão nacional da saúde (CNS), data de validade do cartão cidadão, número da via do cartão do cidadão, número de integração social (NIS), número do cadastro de pessoa física (CPF) e registro geral (RG)/registro do aluno (RA).

2.5.2. Demonstrar que a solução ofertada permite a revogação de um cartão do cidadão.

2.5.3. Demonstrar que a solução ofertada permite a reativação de um cartão do cidadão.

2.5.4. Demonstrar que a solução ofertada permite a reimpressão de um cartão do cidadão controlando o número da via e a data de validade.

2.6. Relatórios - Demonstrar que a solução ofertada possui interface web para visualização de relatórios.

a) Demonstrar que as informações referentes ao expediente da Central estão disponíveis para a Prefeitura através de relatórios, permitindo ao gestor consultar em tempo real, no mínimo, comparecimentos e abstenções nos agendamentos, os atendimentos oriundos de agendamento ou por demanda espontânea, os atendimentos concluídos ou cancelados, os atendimentos realizados por cada um dos atendentes, o percentual de completitude do cadastro de um cidadão e a relação de pessoas que residem em um mesmo endereço.

### **3. Gestão do Cadastro da Atividade Econômica**

A solução ofertada deverá dispor de rotinas que incrementem a eficiência dos órgãos envolvidos nos procedimentos de abertura e encerramento de inscrição municipal, alteração cadastral e recadastramento, operando integralmente sobre o mesmo banco de dados (CTM) das demais soluções ofertadas.

Para fins de cumprimento dos requisitos da demonstração, a Licitante deverá obrigatoriamente apresentar todas as funcionalidades abaixo descritas através do fluxo simulado de abertura de inscrição municipal que ao final deverá constar do CTM como registro homologado, estando disponível nos sistemas apresentados nas etapas posteriores.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80



### 3.1. Cadastro da Atividade Econômica:

- a) Cadastrar atividade econômica especificando a área econômica (se comércio, indústria ou serviço), o código da CNAE (Classificação Nacional de Atividade Econômica) correspondente, o item da lista de serviços da Lei nº 116/2003 e CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), informando, no mínimo, o tipo de pessoa autorizada para o exercício – se física ou jurídica, os órgãos competentes para a realização de vistoria e o respectivo grau de risco estabelecido pelos órgãos – se baixo, moderado ou alto.
- b) O sistema deverá considerar, individualmente, o grau de risco cadastrado para cada um dos órgãos a fim de autorizar a expedição do alvará provisório, somente nas hipóteses de risco baixo ou moderado. O sistema não deverá permitir a expedição do alvará provisório para atividades classificadas como alto risco, ainda que por um único órgão vistoriador.
- c) Demonstrar que as interfaces do sistema para abertura de inscrição municipal são customizadas segundo a natureza jurídica do solicitante, sendo requeridas somente as informações pertinentes a cada perfil e disponibilizadas para enquadramento somente as atividades econômicas autorizadas para cada tipo de pessoa – se física ou jurídica.

### 3.2. Abertura de Inscrição Municipal:

- a) Requerer através de interface web a abertura de inscrição municipal para pessoa jurídica, informando, no mínimo, a razão social, nome fantasia, CNPJ, data de abertura, inscrição estadual com opção para informação de isenção, endereço fiscal, endereço de notificação, atividade econômica, porte, natureza, email, telefone e dados dos sócios.
- b) A fim de atestar a integridade lógica-referencial dos cadastros, o endereço fiscal deverá ser aquele informado no Cadastro de Imóvel; a atividade econômica deverá ser aquela informada no Cadastro da Atividade Econômica; o sócio deverá ser a pessoa física atendida na Central e homologada no Cadastro Social.
- c) Demonstrar que o sistema permite ao cidadão interessado anexar através do sistema, em formato digital, os documentos comprobatórios das informações cadastrais prestadas, prescindindo do comparecimento ao balcão de atendimento da Prefeitura.

### 3.3. Consulta Eletrônica de Viabilidade de Uso do Solo

- a) A solução ofertada deve possuir interface web para consulta eletrônica de viabilidade de uso do solo disponível acesso para os cidadãos interessados independente de login prévio.
- b) O sistema deve analisar, em tempo real, através de rotina eletrônica a viabilidade de uso do solo a partir da informação de endereço (logradouro e número) e atividade econômica, emitindo parecer positivo ou negativo quanto a viabilidade para exercício da atividade econômica pretendida.
- c) O sistema deve informar juntamente a viabilidade de uso do solo, quais são os órgãos competentes para emissão de laudo segundo a atividade econômica pretendida e o respectivo grau de risco.
- d) A fim de atestar a integridade lógica-referencial dos cadastros, a zona de uso do solo e a atividade econômica selecionadas devem ser aquelas produzidas nas etapas anteriores no Cadastro Físico Territorial e no Cadastro da Atividade Econômica. A análise eletrônica de viabilidade de uso do solo pelo sistema deve considerar o grau de risco e os órgãos competentes informados no Cadastro da Atividade Econômica e a autorização de uso de solo informada no Cadastro da Zona de Uso de Solo.

### 3.4. Homologação dos requerimentos de abertura, alteração cadastral ou encerramento de inscrição municipal





## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80



- a) Demonstrar que o sistema possui interface para acesso do órgão fazendário da Prefeitura para homologação dos requerimentos eletrônicos de abertura, alteração ou encerramento de inscrição municipal.
- b) Demonstrar que as informações cadastrais e os documentos comprobatórios juntados pelo cidadão interessado estão disponíveis na interface de homologação para visualização do órgão fazendário.
- c) Demonstrar que somente na hipótese de homologação do requerimento de abertura pelo órgão fazendário a inscrição municipal será constituída.
- d) Demonstrar que, para as atividades econômicas definidas como risco baixo ou moderado, o sistema emite o Alvará Provisório automaticamente. Demonstrar que para as atividades classificadas como alto risco o alvará provisório não é emitido após a homologação, ficando condicionado à emissão do parecer positivo pelos órgãos competentes cadastrados, situação em que o sistema deverá emitir automaticamente o Alvará definitivo.
- e) Demonstrar que o sistema possui funcionalidade para envio automático para o email informado pelo cidadão do comprovante de homologação e das informações de login para acesso ao sistema de gestão da atividade econômica.
- f) Demonstrar que na hipótese de cancelamento do requerimento de abertura, alteração ou encerramento de inscrição cadastral o sistema possui funcionalidade para registro da motivação pelo órgão fazendário e envio automático deste para o email informado pelo cidadão.
- g) Demonstrar que o sistema possui interface para gestão do alvará provisório e alvará definitivo pelo órgão fazendário e este somente poderá converter o alvará provisório em definitivo se o parecer de todos os órgãos competentes para vistoria forem positivos.
- h) Demonstrar que o sistema possui interface para consulta das inscrições municipais através de informações do cadastro, considerando no mínimo área da atividade, por CNAE, por atividade econômica municipal e por item da Lista do ISSQN, tipo de pessoa (se física ou jurídica), situação cadastral (se ativa ou jurídica) ou endereço.
- i) Demonstrar que o sistema possui interface para visualização das inscrições municipais no mapa do Município considerando o endereço de estabelecimento cadastrado e georeferenciado no sistema Físico Territorial, permitindo ao usuário filtrar os eventos a serem exibidos considerando informações do cadastro das empresas.

#### **4. Funcionalidades para Gestão da Interoperabilidade através de Camada de Web Service**

4.1. A Licitante deverá demonstrar que o sistema dispõe de uma camada de Web Service que permita a interoperação de dados entre a matriz estruturadora de informações de governo e os sistemas em uso nos órgãos e entidades da Administração.

4.2. A Licitante deverá apresentar, em site de sua autoria, as informações necessárias para o desenvolvimento das rotinas de interoperabilidade junto ao Cadastro Técnico Multifinalitário:

- a) Manual de interoperabilidade.
- b) Manual contendo as mensagens de alerta, erros e notificações.
- c) Arquivos XSD contendo as definições dos dados para intercâmbio.
- d) Catálogo dos serviços disponíveis.

4.3. A Licitante deverá demonstrar que a arquitetura utilizada para a interoperabilidade atende aos seguintes padrões tecnológicos:

- a) Linguagem de definição do serviço: WSDL (Web Service Description Language) 1.1 ou superior como definido pelo W3C.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80



- b) Protocolo para acesso ao Web Service: SOAP (Simple Object Access Protocol) 1.1 ou superior como definido pelo W3C.
- c) Linguagem para intercâmbio de dados: XML (Extensible Markup Language) como definido pelo W3C.
- d) Definição dos dados para intercâmbio: XML Schema como definido pelo W3C.

4.4. A Licitante deverá apresentar, pelo menos, um serviço de consulta, um serviço de inclusão e um serviço de alteração de dados sobre a matriz estruturadora de informações de governo demonstrando em teste de funcionalidade a capacidade de tratamento das requisições respeitando os critérios definidos anteriormente.

4.5. A Licitante deverá demonstrar que dispõe de sistema de registro de históricos (logs) para monitoramento das requisições do Web Service, através do qual será possível obter o sistema informatizado responsável pela requisição, a área de atuação do sistema informatizado responsável pela requisição, a funcionalidade requerida do Web Service, a data da requisição, o endereço IP da requisição, o tempo de processamento da requisição e mensagem XML de envio e a mensagem XML de resposta

## **5. Portal do Cidadão e Portal de Governo**

### **5.1. Portal a Público indefinido**

a) A Licitante deve demonstrar que o Portal dispõe de uma área destinada à clientela não logada (público indefinido), que opera com site, com informações gerais sobre o Portal e sobre o Município e instruções que "convidam" o cidadão ao acesso logado.

### **5.2. Cadastro on line simplificado de usuário**

- a) A Licitante deve demonstrar que Portal dispõe de mecanismo que permitem ao usuário acesso aos serviços disponíveis na área de website, mediante preenchimento de um cadastro *on line* simplificado, que deve contar, no mínimo dados pessoais básicos (nome completo, data de nascimento e filiação materna), endereço de domicílio, informações de contato (email e telefone).
- b) A partir do preenchimento do cadastro *on line* simplificado, o Portal deve disponibilizar no endereço eletrônico informado pelo usuário os dados de usuário e senha de acesso à área de website.

### **5.3. Área destinada ao administrador do Portal**

A Licitante deverá demonstrar que o Portal dispõe de uma área Administrativa através da qual é permitido ao usuário-administrador:

- a) Cadastrar os órgãos da Administração Municipal (Ex: Secretaria Municipal de Saúde) com suas repartições (Ex: Unidade Básica de Saúde do Capela), informando no mínimo o nome do órgão, endereço de localização do órgão, dados para contato, com telefone e email, horário de funcionamento,
- b) Cadastro de repartições do órgão em pelo menos um nível, com as mesmas informações atribuídas ao órgão, cadastro de áreas de Governo (Ex: Educação) e subáreas (ex: Escolas de Ensino Fundamental), informando no mínimo nome da área, nome da Subárea,
- c) Catalogar serviços públicos disponíveis no Município, informando no mínimo nome do serviço, descrição do serviço, órgão público e repartição responsável pela prestação do serviço, área e subárea do serviço.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80



### 5.4. Área destinada ao acesso de informações sobre serviços públicos

- a) A Licitante deve demonstrar que na área de website o cidadão logado pode consultar, de forma facilitada, os serviços públicos disponíveis no Município, catalogados na forma do item anterior, com pesquisas direcionadas, no mínimo por nome ou fração de nome do serviço, por órgão e repartição ou por área e sub área.
- b) A Licitante deve demonstrar que o portal utiliza de recursos que permitem o acesso facilitado do usuário à informação sobre serviços públicos disponíveis, dispondo no mínimo das seguintes funcionalidades: os serviços mais acessados devem ser ordenados em área de fácil acesso, para facilitar buscas reiteradas, o usuário pode selecionar serviços preferenciais criando catálogo personalizado de acesso em área específica do portal, o usuário pode acessar serviços catalogados como de maior interesse para seu perfil de usuário.

### 5.5. Área destinada a acesso de informações pessoais do cidadão com cadastro homologado pela Central de Atendimento

Tendo em vista a necessidade de que os mecanismos de interoperabilidade garantam atualização reiterativa da matriz estruturadora da informação de governo através dos dados produzidos pelos diferentes sistemas transacionais em uso no Município, a Licitante deverá demonstrar que todo o cidadão que teve seu cadastro homologado na Central de Atendimento do Município e tem acesso através do portal para consulta às suas informações pessoais, cadastrais e relativas a acesso a serviços. Para tanto, deverá fazer acesso ao Portal com o Login do cidadão cadastrado nas etapas anteriores demonstrando que o mesmo pode ter acesso às seguintes informações pessoais:

Dados Cadastrais coletados na Central de Atendimento nas etapas anteriores tais como Nome, Data de Nascimento, Documentos pessoais;

Informações sobre os imóveis dos quais é proprietário ou responsável tributário, inclusive informações disponíveis na base digital cartográfica gerada nas etapas anteriores;

Informações relativas às empresas das quais é sócio ou responsável tributário coletadas nas etapas anteriores;

Informações relativas a matrícula efetuada em escolas da rede municipal de ensino,

Informações relativas a atendimentos realizados na rede municipal de saúde,

Informações relativas a atendimentos realizados na rede municipal de assistência social e sobre estrutura familiar com grau de parentesco entre os membros.

### 5.6. Área destinada ao acesso de serviços de Governo Eletrônico - E\_GOV

A licitante deve demonstrar que o cidadão logado, sem necessidade de informar novamente usuário e senha, pode ter acesso facilitado a serviços de e\_gov disponíveis nos diferentes sistemas informatizados em uso no Município, considerados padrões de troca de informações fixados nos Padrões de Interoperabilidade deste Edital.

### 5.7. Área destinada ao acesso de informações de Governo

A Licitante deve demonstrar que o Portal permite acesso a informações armazenadas na matriz estruturadora de informação de Governo, organizadas sob a forma de gráficos e tabelas, além de acesso analítico nas seguintes áreas:

- a) Informações das Atividades Econômicas inscritas no Cadastro Municipal. A Licitante deve demonstrar que a empresa cadastrada nas fases anteriores encontra-se no rol de consultas do Portal, juntamente com demais empresas constantes do cadastro, permitindo consulta a dados tabulares e consulta em mapa digital da localização geográfica do estabelecimento.
- b) Informações dos Imóveis inscritos no Cadastro Municipal. A Licitante deve demonstrar que o imóvel cadastrado nas fases anteriores encontra-se no rol de consultas do Portal, juntamente com



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



demais imóveis constantes do cadastro, permitindo consulta a dados tabulares e consulta em mapa digital da localização geográfica do imóvel.

c) Informações relativas aos estabelecidos da Rede Municipal de Ensino. A Licitante deve demonstrar que o Portal dispõe de área de consulta a dados da Educação, permitindo consulta a dados tabulares e consultas em mapa digital da localização geográfica do estabelecimento de ensino e dos alunos matriculados.

d) Informações relativas às unidades da rede municipal de saúde. A Licitante deve demonstrar que o Portal dispõe de área de consulta a dados da Saúde, permitindo consulta a dados tabulares e consultas em mapa digital da localização geográfica da Unidade de Saúde e Clientela Jurisdicionada à respectiva área de Jurisdição.

e) Informações relativas às unidades da rede municipal de Assistência Social. A Licitante deve demonstrar que o Portal dispõe de área de consulta a dados da Assistência Social, permitindo consulta a dados tabulares e consultas em mapa digital da localização geográfica dos Centros de Referência da Assistência Social e respectivos usuários matriculados.

Responsáveis técnicos

Elaboração	REVISÃO (área Técnica)	APROVADO CONFORME ATA ANEXA

Birigui-SP , xx de xxxxxxxxx de 2017.

---